

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 478.953 - SP (2018/0302124-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : LIDIA MARIA CARLOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CRISTINA DANIEL ROCHA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO. INSURGÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. MANEJO DO WRIT COMO REVISÃO CRIMINAL. DESCABIMENTO. ART. 105, INCISO I, ALÍNEA E, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PEDIDO DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CRISTINA DANIEL ROCHA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 0017124-03.2000.8.26.0032.

Consta dos autos que a Paciente foi condenada à pena privativa de liberdade de **4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado**, e ao pagamento de 11 (onze) dias-multa, como incurso no art. 157, *caput*, do Código Penal, por ter, segundo as ofendidas (fl. 209), praticado o crime de roubo utilizando-se de uma faca no pescoço de uma das Vítimas e ameaçando-a de morte.

O Tribunal local, na data de 26/02/2015, **negou provimento** ao recurso de apelação defensivo, nos termos da seguinte ementa (fls. 208-212):

"Roubo simples. Sólidas provas material e da autoria. Declarações das ofendidas que têm significativo peso. Condenação mantida. Pena corretamente dosada. Adequado o regime inicial fechado infligido a essa recorrente. Recurso improvido, portanto."

Narra a Impetrante que a Paciente sofre constrangimento ilegal em razão da ausência de intimação prévia da Defesa *"para a sessão de julgamento do Recurso de Apelação"* (fl. 3).

Alega a Defesa, nas razões deste *writ*, nulidade absoluta do acórdão proferido pelo Tribunal de origem *"por evidente cerceamento de defesa configurado pela falta de oportunidade de se realizar sustentação oral ou de acompanhar a manifestação dos julgadores"* (fl. 3).

Pleiteia, em liminar e no mérito, *"a declaração da nulidade do Acórdão"*

Superior Tribunal de Justiça

que apreciou o recurso de apelação criminal sem prévia intimação do defensor dativo quanto à data da sessão de julgamento, e, que seja expedido o contramandado de prisão da paciente, para que a mesma aguarde em liberdade o novo julgamento de apelação" (fl. 5).

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 27-28.

As informações da Autoridade Impetrada foram prestadas às fls. 37-226.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 228-233, opinando pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório. Decido.

Constato que o presente *habeas corpus* foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo **já transitado em julgado**. Diante dessa situação, não deve ser conhecido o presente *writ*, **manejado como substitutivo de revisão criminal**, em hipótese na qual não houve inauguração da competência desta Corte.

De fato, nos termos do art. 105, inciso I, alínea *e*, da Constituição da República, compete ao Superior Tribunal de Justiça, **originariamente**, "*as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados*". Sobre a questão, cito os seguintes precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte:

"HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. TRÂNSITO EM JULGADO. SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉU INDEFESO EM PLENÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O habeas corpus foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo transitado em julgado; é, portanto, substitutivo de revisão criminal. Por força do art. 105, I, 'e', da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar revisão criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados. Como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência deste Tribunal para o processamento do presente pedido.

2. Ademais, as questões aventadas neste habeas corpus não foram sequer objeto de análise pelo Tribunal a quo, o que impede também o seu conhecimento nesta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância, pois até mesmo as nulidades absolutas devem ser objeto de prévio exame na origem a fim de que possam inaugurar a instância extraordinária.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

5. Habeas corpus *não conhecido*." (HC 288.978/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 21/05/2018; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO, SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. INADMISSIBILIDADE. PEDIDO DE CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. DESCABIMENTO. INICIATIVA DO ÓRGÃO JULGADOR.

Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 494.794/MA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 11/04/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. DOSIMETRIA DE PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. QUANTUM DE AUMENTO. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. CONDENAÇÃO PELO ART. 35 DA LEI DE DROGAS. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE NA APLICAÇÃO DA REPRIMENDA. HIPÓTESE DE NÃO CONHECIMENTO DO MANDAMUS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

4. Tratando-se de impetração que se destina a atacar acórdão proferido em sede de apelação criminal, já transitado em julgado, contra o qual seria cabível a interposição de revisão criminal, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

[...]

6. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no HC 486.185/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 07/05/2019; sem grifos no original.)

No mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: HC 512.674/CE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 30/05/2019; e HC 482.877/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe 29/03/2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

